



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM
Av. Presidente Pernambuco nº 415, Batista Campos, Belém-PA, CEP: 66093-034 - Fone: (091) 31311600
E-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br

1
2
3
4
5
6

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE
MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS
QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM (CPMEAQLG) REALIZADA NO
DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

7 Aos 15(quinze)dia do mês de fevereiro de 2019 às 09h, na sede do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
8 PARÁ, plenário III, reuniu-se a Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões
9 Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG). Presentes: a Desembargadora ROSI MARIA GOMES DE FARIAS, Ouvidora
10 Agrária e Presidente da CPMEAQLG; o Juiz de Direito, RAIMUNDO SANTANA, representante do TJE na
11 Comissão de Conflitos Fundiários; a Assessora da Ouvidoria Agrária – Dra. Maria José Cavaleiro de Macedo,
12 comigo Maria Adelaide Cardoso Trindade, Analista Judiciário, servindo como secretária da CPMEAQLG.
13 Compareceram: o representante da OAB/PA - Drs. IBRAIM JOSÉ ROCHA; o representante da Procuradoria da
14 União no Estado do Pará (AGU) Dr. TIAGO MARÇAL LIMA; os representantes do ITERPA, Drs. BRUNO KONO,
15 TIAGO FERREIRA e JOSE HILTON CUNHA; a representante do Ministério Público Estadual – Dra. HERENA
16 MELO; os representantes da FAEPA, Drs. MARIO SOLANO e ELIANA ZACCA; a representante da Defensoria
17 Pública Estadual – Dra. JULIANA OLIVEIRA e a representante do INCRA, Dra. CAROLINE BASTOS DO
18 AMARANTE. Todos assinaram a lista de presença que é parte integrante desta ata e estão cientes que esta
19 reunião é gravada pelo Setor de Informática do TJE, que fica à disposição dos membros para consulta na
20 Secretaria da Ouvidoria Agrária. Ausência justificada dos representantes do MPF em decorrência de viagem
21 institucional para Brasília. Os demais membros apesar de convocados não justificaram suas ausências. A MM.
22 Juíza de Direito e Ouvidora Agrária – Dra. Rosi Maria Gomes de Farias iniciou os trabalhos, agradecendo a
23 presença de todos e fez a leitura da pauta; Em seguida deu boas vindas ao Dr. Bruno Kono, atual presidente do
24 ITERPA, informando que ficarão como representantes nesta Comissão o Dr. JOSE HILTON CUNHA, técnico em
25 desenvolvimento Agrário e gerente de cartografia do Iterpa e o Dr TIAGO FERREIRA, Ouvidor do Iterpa. Informou
26 ainda do recebimento do expediente da Procuradora Geral da PGE indicando os representantes na Comissão que
27 serão o Dr. ARI LIMA CAVALCANTE (titular) e JANICE MARIA (suplente). Informou finalmente que pelo Ministério
28 Público Federal, foram nomeados os representantes – Dr. Felipe de Moura Palha e Silva(titular) e Paulo Roberto
29 Sampaio Santiago (suplente). PAUTA; 1-Aprovação da Ata da reunião realizada no dia 23 de novembro de 2018; 2-
30 *Informes da reunião com a nova Corregedora do Interior do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, referente a exposição e*
31 *compreensão do Manual de Instrução no Cumprimento de Liminares de Reintegração de Posse que servirá de roteiro, sem*
32 *força de lei, solicitado pelos membros da CPMEAQLG e CMCF, além do CNDH em Brasília, ocasião que a Ouvidoria Agrária foi*
33 *representada pelo Magistrado Raimundo Santana (Membro da CMCF); 3- Informes do representante do SPU referente a*
34 *expedição de TAUS em favor da Sra. Maria Eliete Mendes de Souza, na Comunidade Jaguarari/Município de Moju, em razão de*
35 *pedido de Providência pelo Dr. Bruno Valente (MPF) Moju/PA; 4- Informes do INCRA sobre pedido formulado pelo ofício n.*
36 *001/2019, sobre requerimento de vistoria na Fazenda Cristalino, localizada no Município Santa do Araguaia,*
37 *conforme deliberado na última reunião da Comissão a pedido do dr. Ibraim Rocha; 5- Informes do 1TERPA sobre pedido*
38 *formulado pelo ofício n. 002/2019 a respeito da Fazenda Cristalino, localizada no Município de Santana do Araguaia, conforme*
39 *deliberado na última reunião da Comissão a pedido do Dr. Ibraim Rocha; 6- Informes sobre a Fazenda São João de Deus é Pai*
40 *pela Dra. Herena Maués, localizada no Município de Santa Maria das Barreiras. (a Dra. Juliana Andrea Oliveira, Defensora*
41 *Pública do Estado do Pará, Coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos e ações Estratégicas da DP, encaminhou*
42 *expediente em que faz denúncias de violação aos Direitos Humanos na fazenda em comento, além de solicitar*
43 *providência e acompanhamento pela Comissão; 7 -Apresentação aos membros do SICARF pelo ITERPA; 8- Informes e*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM
Av. Presidente Pernambuco nº 415, Batista Campos, Belém-PA, CEP: 66093-034 -Fone: (091) 31311600
E-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br

44 *apresentação da Ata da reunião realizada na sede do ITERPA referente a JARI, região de Almerim pela Dra. Ione*
45 *Nakamura; 9- Informes à Comissão de que foi repassado à imprensa do Estado os dados fornecidos em reunião sobre o*
46 *apurado durante o período informado no documento apresentado pelo Grupo de Trabalho como solicitado e deliberado na*
47 *reunião do GT; 10 -O que ocorrer..* **ITEM 1:** A Ata da reunião realizada no dia 23 de novembro de 2018 foi aprovada
48 no silêncio de todos os membros.. A pedido do -presidente do Iterpa, houve inversão de pauta. Posicionou-se o
49 presidente do Iterpa sobre a nova gestão e do apoio do Governo do Estado, aos fins desta Comissão no combate a
50 grilagem, nas políticas públicas para a regularização fundiária, tanto do pequeno, dos coletivos, dos médios e
51 grandes produtores do Estado, sem distinção. Que o foco do Iterpa será o de promover a regularização fundiária,
52 contando para isso com todos os agentes que são importantes, com ações integradas. Disse ainda que estão em
53 contato com os juizes agrários e Cartórios de RI's, para que conheçam a metodologia adotada, objetivando a
54 melhoria de fluxo dos serviços para gerar resultados, contando com a participação dos membros da Comissão.
55 Ficou registrado a visita institucional dos membros da Comissão na sede do Iterpa que será solicitado pelo
56 presidente daquele órgão; com opções de datas. Registrado ainda o convite da Posse dos novos integrantes da
57 OAB/PA no dia 18/02/2019 as 10h. **ITEM 07**-O técnico do Iterpa, Dr. Hilton Cunha apresentou aos membros o
58 funcionamento do SICARF em slides informando que foram digitalizados 90 mil processos e 40 mil títulos; que a
59 proposta será no futuro trazer todos os shapes relevantes e necessários na análise do processo para dentro do
60 sistema; que perguntado se poderia baixar as imagens de satélite no sistema, este respondeu que depende da
61 internet se consegue e que a base das imagens são fornecidas da SEMAS (CAR), que são automaticamente
62 atualizadas e repassadas para o SICARF; que o sistema está disponibilizado para o público externo tanto no modo
63 on line como of line; que todos podem fazer o cadastro para acesso, treinamentos com entidades parceiras, com
64 associações, sindicatos, prefeituras, sindicatos rurais. Os representantes da FAEPA, INCRA e MPE manifestaram
65 interesse em disseminar o sistema, com treinamento. Prosseguiu o Dr. Hilton Cunha dizendo que uma das
66 preocupações são de pessoas de menor poder aquisitivo informem a localização do imóvel; que na questão da
67 regularização fundiária, o usuário tem a possibilidade de dividir em 10 anos o pagamento do título; que o
68 usuário(cliente), no processo de regularização fundiária, após o processo aprovado, realiza o pagamento do
69 primeiro ano do contrato e desaparece, tendo o Iterpa dificuldade de localizar essa pessoa que muitas vezes
70 transfere a área permanecendo a dívida; que na plataforma SICARF será possível fazer a cobrança com alertas ao
71 usuário; que com a implantação do SICARF apareceram demandas do MP, TJE, PGE, SEMAS, sendo solicitado a
72 empresa executora do SICARF fosse criado um aplicativo ou link do processo sem a necessidade de demandar ao
73 órgão; que o passivo o Iterpa será colocado no sistema; que um dos maiores gargalos do setor de cartografia do
74 Iterpa são as informações de plotagens cartográficas, vez que existem sobreposições sobre sobreposições,
75 havendo a necessidade de filtrar as informações e coloca-las dentro do sistema; que a Presidência do Iterpa teve
76 reunião com a superintendência do Incra Marabá, nesse sentido; que o sig fundiário vem digitalizando os processos
77 do Iterpa de forma completa que poderá ser colocado dentro desse sistema numa plataforma digital. O Ouvidor do
78 Iterpa, Dr. Tiago Ferreira disse que atualmente no Ouvidoria existem 50 processos em litigio, dentre eles, 12 de
79 áreas privadas que deveriam ter sido oficiado ao Incra informando a condição de área privada; que a Ouvidoria do
80 Iterpa está tomando as providencias; que está em fase de estudo a edição de uma portaria para a criação de uma
81 câmara arbitral no Iterpa, para casos que foram instruídos, a fim de dialogar com os atores sociais parceiros como
82 a defensoria pública e Faepa; que está em fase de diálogo entre Iterpa e TJE a implementação de vídeo
83 conferencia em todas as Varas Agrárias do Pará; que finalizou dizendo como relevante a criação da Câmara
84 Agrária especializada. **ITEM 2:** A MM. Presidente da Comissão informou da expedição de oficio junto a
85 Corregedoria do Interior, solicitando agendamento de reunião no qual aguardamos resposta. Que no dia
86 07/02/2019 houve reunião no MP para as tratativas do Manual de Instrução. A Dra. Herena Melo, promotora de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA

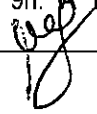
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM
Av. Presidente Pernambuco nº 415, Batista Campos, Belém-PA, CEP: 66093-034 -Fone: (091) 31311600
E-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br

87 Justiça informou que naquela reunião foi debatido e proposto de não se tratar de um guia e sim de
88 desenvolvimento de temas conflituosos onde existem maior dificuldade de esclarecimento, citando como exemplo a
89 diferenciação de posse agrária e posse civil; que a instrumentalização poderá ser dado por Resolução ou Portaria
90 ou recomendação da Corregedoria para os juizes; que foi sugerido para a construção da temática, estudos pela
91 Comissão ou GT e de forma conjunta cada órgão possa dar sua contribuição; que outra proposta do MP levantada
92 na reunião tratou da Resolução nº 10/2018, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, sugerindo que referida
93 Resolução seja apresentada à Corregedoria do Interior em uma reunião específica, para análise e viabilidade de
94 recomendação aos juizes o cumprimento nas reintegrações de posse; que outra sugestão registrada, diz respeito
95 na formação de um GT Agrário do TJE para os juizes interessados na matéria. O Dr. Raimundo Santana, Juiz de
96 Direito informou que a resolução fora disseminada para todos os juizes do estado, inclusive juizes das Varas
97 Agrárias. **O representante da OAB, Dr. Miguel Gualberto solicitou o registro do convite para assento na**
98 **Comissão a Polícia Militar e Assembleia Legislativa (ALEPA). ITEM 03-** O representante do SPU não
99 compareceu a reunião, porém enviou Nota Técnica sobre o assunto (Comunidade Jaguari) a disposição dos
100 membros. **ITEM 04-** Foi informado pela douta Ouvidora Agraria a expedição de ofício ao INCRA, solicitando pedido
101 de Vistoria na Fazenda Cristalino em Santana do Araguaia. A representante do MP Dra. Herena e o Dr. Ibraim
102 Rocha, representante da OABPA informaram do recebimento denúncias de conflito armado e risco de vida em que
103 os assentados estão sofrendo, solicitando recomendação ao Juiz Agrário de Redenção seja realizado vistoria na
104 área. **A Dra. Herena, representante do MP, repassará para a assessora da OA o numero do processo e os**
105 **despachos para expedição de ofício junto ao Juiz da Vara Agraria de Redenção. ITEM 05-** Item já discorrido
106 no item anterior; **ITEM 06-** A dra. Herena Maues, representante do MP informou que houve avanço na mediação do
107 conflito da Fazenda São João Deus é Pai, através de reunião com o proprietário Roberto Miklos, quem estava
108 avançando na área e foi orientado que cumprisse estritamente a determinação da sentença da Vara Agraria,
109 reconhecendo a posse de 300 hectares; que o Incra informou tratar-se de área pública federal e a reclamação das
110 famílias que ocupam a área entende seja da mediação junto a SEMA de Santa Maria das Barreiras, onde
111 supostamente o Secretário do Meio Ambiente deu permissão para que o proprietário Roberto Miklos trabalhasse
112 sua área, não permitindo que as demais famílias trabalhassem na outra área pública; que o Juiz Agrário
113 reconheceu a posse do proprietário, esclarecendo que as famílias assentadas poderiam permanecer na área
114 pública por falta de comprovação de posse do proprietário; que os assentados contrataram advogado e entraram
115 com ação de manutenção de posse, porém a juiza substituta entendeu que ao assentados não estariam
116 conseguindo comprovar a função social; que os assentados não conseguiram comprovar a função social porque na
117 época, o proprietário adentrou na área pública, derrubando e incendiando casas, gerando registro de ocorrência na
118 Delegacia de Conflitos Agrários de Santa Maria das Barreiras; que solicitou a intervenção do Conselho Tutelar e
119 Assistência Social do Município, em virtude da notícia de mais de 10 crianças em situação de risco, cujas roupas
120 foram queimadas; que entende tenha ocorrido minoração do conflito, faltando a Juíza entender que a função social
121 não pode ser comprovada pelas razões acima mencionadas; **ITEM 08 -** Foi informado pela Douta representante do
122 MP, que a Dra. Ione está articulada com o Dr. Rogério, Defensor Público Agrário, onde decidiram realizar visitas as
123 comunidades da Jari no final do mês de fevereiro para dar continuidade as tratativas junto ao Iterpa e Pge e demais
124 órgãos relacionados a questão. **ITEM 09-** A doutra Ouvidora Agraria informou que foi remetido a Imprensa do TJE
125 os dados fonecidos pela Comissão; **ITEM 10-** 1- A dra. Herena Maues, representante do MP informou que
126 recebeu da OA do TJE, cópia de revigoroamento de liminar da Fazenda Sta Lúcia, onde ocorreu a chacina de Pau
127 D'Arco; que a justificativa do revigoroamento se deu pela mudança do governo federal porque estaria ocorrendo
128 demora na aquisição, registrando que sejam tomadas providencias a entidades a quem de direito junto ao TJE,
129 reunião ou mediação para a situação. Foi decido e deliberado seja encaminhado cópia desta ATA para o Juízo da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM
Av. Presidente Pernambuco nº 415, Batista Campos, Belém-PA, CEP: 66093-034 - Fone: (091) 31311600
E-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br


130 Vara Agrária de Redenção para as providencias pertinentes. 2 – O representante da OAB, Dr. Ibraim solicitou que o
131 lterpa apresente na próxima reunião da Comissão, relatório das áreas arrecadadas nos últimos 5 anos. Foi
132 deliberado que a próxima reunião da CPMEAQLG será no dia 15 de março de 2019 as 9h. A MMa.
133 Desembargadora Ouvidora agradeceu a presença dos membros e encerrou os trabalhos. Eu, ,
134 servindo como Secretária da Comissão, digitei e subscrevi. //

135

136

137

138


Desa. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
Ouvidora Agrária e presidente da CPMEAQLG

